



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

190

[Assinatura]

4ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO Nº 0333439-8 (0001294-76.2010.8.17.1590)

AGRAVANTE: MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE

AGRAVADA: ÂNGELA MARIA DE AZEVEDO SOUZA

RELATOR: DES. ANDRÉ GUIMARÃES

ACÓRDÃO

EMENTA: PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. AÇÃO DE COBRANÇA. DÉBITOS RELATIVOS À SALÁRIO, FÉRIAS E 13º SALÁRIO. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DO AGRAVANTE REJEITADA. VÍNCULO LABORAL DEVIDAMENTE DEMONSTRADO. ÔNUS DO ENTE PÚBLICO DE COMPROVAR A EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO, NOS MOLDES DO ART. 333, II, CPC. AUSÊNCIA DE PROVA DO ADIMPLEMENTO DAS VERBAS PLEITEADAS. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO, CONFORME ART. 557, §1º, DO CPC.

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 30 de maio de 2014.

[Assinatura de André Oliveira da Silva Guimarães]
Des. ANDRÉ Oliveira da Silva **GUIMARÃES**
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

191
top.

4ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

RECURSO DE AGRAVO Nº 0333439-8 (0001294-76.2010.8.17.1590)
AGRAVANTE: MUNICÍPIO DA VITÓRIA DE SANTO ANTÃO-PE
AGRAVADA: ÂNGELA MARIA DE AZEVÊDO SOUZA
RELATOR: DES. ANDRÉ GUIMARÃES

RELATÓRIO

Cuida-se de Recurso de Agravo, interposto com fundamento no art. 557, § 1º do CPC, à iniciativa do Município de Vitória de Santo Antão, contra decisão terminativa que negou seguimento à Apelação nº 0333439-8.

Como preliminar, argui a sua ilegitimidade passiva quanto aos supostos descontos indevidos a título de contribuição previdenciária, uma vez que a providência almejada somente pode ser satisfeita pela VITÓRIA PREV.

Por fim, requer seja efetuado o juízo de retratação e, caso assim não entenda, requer seja apresentado o processo em mesa, para que o órgão competente reforme a decisão terminativa proferida na Apelação.

É o que importa relatar.

VOTO

Preliminar de Ilegitimidade Passiva do Agravante

Sustenta o Agravante que é parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, uma vez que foi a VITÓRIAPREV quem obteve ganho financeiro com a verba debitada em folha após o repasse.

Reitero os termos lançados na decisão terminativa da apelação, quando da análise da mesma preliminar, no sentido de rejeitá-la, uma vez que foi o Município agravante responsável pelo lançamento indevido do desconto na folha de pagamento da agravada, cabendo a ele o ônus financeiro do ressarcimento.

Assim, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva.

É como voto.

MÉRITO

Pretende a agravante reformar decisão terminativa proferida por esta Relatoria, conforme os seguintes termos:

AM



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

192
Top.

QUARTA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

APELAÇÃO N° 0001294-76.2010.8.17.1590 (0333439-8)
APELANTE: MUNICÍPIO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
APELADA: ÂNGELA MARIA DE AZEVEDO SOUZA
RELATOR: Des. ANDRÉ GUIMARÃES

EMENTA: PROCESSO CIVIL. APELAÇÃO CIVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. DÉBITOS RELATIVOS À SALÁRIO, FÉRIAS E 13º SALÁRIO. PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO TRIENAL E ILEGITIMIDADE PASSIVA DO APELANTE REJEITADAS. VÍNCULO LABORAL DEVIDAMENTE DEMONSTRADO. ÔNUS DO ENTE PÚBLICO DE COMPROVAR A EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO, NOS MOLDES DO ART. 333, II, CPC. AUSÊNCIA DE PROVA DO ADIMPLEMENTO DAS VERBAS PLEITEADAS. PRECEDENTES DESTA CORTE. RECURSO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, CONFORME ART. 557 DO CPC.

DECISÃO TERMINATIVA

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo Município de Vitória de Santo Antão contra a sentença proferida pelo juízo da 3ª Vara Cível de Vitória de Santo Antão que, nos autos da ação de cobrança n° 0001294-76.2010.8.17.1590, julgou parcialmente procedente o pedido da autora, condenando o apelante ao pagamento de: 13º integral do ano de 2008 e proporcional de 1/12 avos a 2009; férias integrais referente ao período de 2008 e proporcionais de 1/12 avos, com acréscimo de 1/3 constitucional; salário integral do mês de dezembro de 2008 e proporcional de 1/12 avos de janeiro de 2009, a ser pago com observância dos índices oficiais da caderneta de poupança, sem honorários em face da sucumbência recíproca e excluiu da lide a VITORIAPREV, por ser parte ilegítima.

Condenou ainda o Município de Vitória de Santo Antão a restituir à autora a quantia indevidamente descontada em folha de pagamento, a título de VITORIAPREV, tudo corrigido monetariamente, a partir das datas dos efetivos descontos pelos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados a caderneta de poupança, a partir da citação.

Inconformado, o Município apelou (fls. 144/152), argumentando de início, que deve ser aplicado ao caso o prazo prescricional trienal, previsto no art. 206, §3º, V, do Código Civil de 2002. Argumentou ainda a sua ilegitimidade passiva sob o fundamento de que em relação à devolução da contribuição previdenciária, descontada



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

193

[assinatura]

indevidamente, seria de responsabilidade da VITÓRIAPREV.

No mérito, aduz que o crédito postulado na presente demanda não deve ser reconhecido, pois a apelada não era servidora ocupante de cargo público, mas contratada temporariamente para atender excepcional interesse público, a ela não se aplicando ao disposto no artigo 39, §3º, da CF.

Ao final, requer, seja dado total provimento à apelação, no sentido de reformar a sentença e, caso mantida a condenação, o marco inicial para incidência dos juros moratórios seja do trânsito em julgado da sentença, nos termos da súmula 188, do STJ.

Sem contrarrazões, conforme certidão de fls. 155-v.

Relatado. Decido.

• Preliminar da Prescrição Trienal

Sustenta o apelado à incidência da prescrição trienal, prevista no art. 206, §3º, V, do Código Civil de 2002.

No entanto, não merece guarida a pretensão do Município pois já é cediço que o prazo prescricional aplicado nas ações contra a Fazenda Pública é de 05(cinco) anos, conforme dispõe o Decreto nº 20.910/32:

Art. 1º As dívidas passivas da União, dos Estados e dos Municípios, bem assim todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal, seja qual for a natureza, prescrevem em 5 (cinco) anos, contados da data do ato ou fato do que se originarem".

Tal entendimento encontra-se consolidado por este egrégio Tribunal:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. APELAÇÕES CÍVEIS E RECURSO ADESIVO. COBRANÇA. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA. PRESCRIÇÃO TRIENAL. IMPOSSIBILIDADE. CONTRATO TEMPORÁRIO. DIREITO A FÉRIAS E DÉCIMO TERCEIRO. RESTITUIÇÃO DE INDÉBITO PREVIDENCIÁRIO. DIREITOS CONSTITUCIONALMENTE PREVISTOS. RECURSO ADESIVO PARCIALMENTE PROVIDO. IMPROVIDAS AS APELAÇÕES CÍVEIS. DECISÃO UNÂNIME. 1. (...)2. Não merece guarida a alegação de que a prescrição seria trienal, vez que, conforme cediço, o prazo prescricional aplicado a todo e qualquer direito ou ação contra a Fazenda Pública federal, estadual ou municipal, seja qual for a sua natureza, é de 05 (cinco) anos, nos termos do Decreto nº 20.910/32. 3. No que tange ao termo inicial dos juros moratórios, de acordo com a Súmula 69/TJPE, ela ocorrerá a partir da citação. 4. (...). 5.

[assinatura]
3



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

194
Top.

Relativamente às verbas referentes ao 13º salário (12/2008) e às férias (2006, 2007 e 2008) acrescidas do terço constitucional, constatou-se que a sentença recorrida merece reparos. É que os documentos acostados pelo Município demandado, os quais supostamente constituem prova do adimplemento das parcelas postuladas, não tem o condão de eximir a Administração do pagamento, posto que meramente informativos, sendo confeccionados de forma unilateral pela edilidade, incapazes de suprir as exigências contidas no art. 333, III, do CPC. 6. Recurso adesivo parcialmente provido, improvidas as apelações cíveis. Decisão unânime. (TJPE - Apelação 313824-1 0003723-79.2011.8.17.1590. Relator: José Ivo de Paula Guimarães .Data de Julgamento: 17/10/2013. Data de Publicação: 25/10/2013).

Nessa senda, rejeito a preliminar.

• Preliminar de Ilegitimidade Passiva

Sustenta o recorrente preliminarmente que é parte ilegítima para figurar no polo passivo da demanda, uma vez que foi a VITORIAPREV quem obteve ganho financeiro com a verba debitada em folha após o repasse.

De proêmio, rejeito a alegação de ilegitimidade passiva arguida pela parte apelante.

Com efeito, da análise dos autos, evidencia-se que o Município de Vitória de Santo Antão promoveu, a título de contribuição à VITORIAPREV (autarquia municipal responsável pelo sistema previdenciário ao qual se submetem, exclusivamente, os servidores efetivos), descontos previdenciários indevidos, uma vez que a servidora contratada contribuía regularmente para com o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Portanto, sendo o Município apelante responsável pelo lançamento indevido do desconto na folha de pagamento da apelada, uma vez que a mesma já contribuía junto ao INSS, a ele cabe o ônus financeiro do ressarcimento.

Posto isto, rejeito também a preliminar de ilegitimidade passiva.

NO MÉRITO.

Compulsando o encarte processual, verifico que resta demonstrado que a autora/apelada possuía vínculo laboral de auxiliar administrativo com o Município de Vitória de Santo Antão (fls.10/12), na condição de contratado temporariamente no período em que pleiteia as verbas não pagas.

Nessa senda, comprovado o vínculo funcional e, por conseguinte, a contraprestação de serviços,

4



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

195
[assinatura]

cabe ao ente público a prova de fato impeditivo, modificativo e extintivo do direito do autor, nos moldes do art. 333, II, do CPC, consubstanciada na demonstração do efetivo pagamento das parcelas remuneratórias pleiteadas.

Por sua vez, o Município apelante não se desincumbiu de comprovar o alegado, posto que o documento juntado às fls. 78/120 não comprovam que os valores pleiteados foram de fato adimplidos.

Assim, diante do incontroverso vínculo laboral, mesmo que na condição de contrato temporário, e da ausência de prova quanto ao adimplemento das verbas pleiteadas, devem ser pagos à autora os valores pertinentes a tais verbas, sob pena de se configurar enriquecimento ilícito do ente público.

Nesse sentido, é o entendimento deste egrégio Tribunal:

DIREITO CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SALÁRIOS ATRASADOS. APELO IMPROVIDO. 1. Trata-se de ação de cobrança de verbas salariais não pagas, na qual restaram acostados aos autos documentos suficientes à propositura da ação e comprobatórios do vínculo funcional mantido pelas ex-servidoras com a Municipalidade. 2. Nesse contexto, anotou-se que as alegações referentes à origem do débito, bem como quanto ao fato de tais valores não estarem contabilizados como "restos a pagar", não eximem o Município da responsabilidade para com o pagamento das verbas pleiteadas, o qual, aliás, há de ser feito pelo regime de precatório, de natureza constitucional, o que à evidência não vulnera a legislação infraconstitucional orçamentária ou de responsabilidade fiscal. 3. Destarte, observou-se que o Município apelante não fez prova de todos os pagamentos devidos às servidoras substituídas, a tempo e modo, pelo que a sua omissão nesse mister implica no reconhecimento da procedência do pedido, tal como deferido pela sentença a quo. 4. Mantida a verba honorária fixada em primeiro grau, arbitrada em harmonia com o juízo equitativo a que se reporta o art. 20, § 4º, do CPC. 5. Apelo improvido, à unanimidade. AC 0000339-71.2011.8.17.0600, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 19/04/2012.

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO DE COBRANÇA DO SALÁRIO DE DEZEMBRO DE 2008. ALEGAÇÃO DO MUNICÍPIO DE QUE NÃO PAGOU ESSA VERBA PORQUE A DESPESA NÃO FOI INSCRITA EM RESTOS A PAGAR, VIOLANDO, POIS, A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL.



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

196

196

VERBA DE CARÁTER ALIMENTAR QUE SE SOBREPÕE À REFERIDA LEI. FIXAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM QUANTUM RAZOÁVEL. RECURSO DE AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Trata-se de demanda envolvendo servidores públicos, telefonistas, do Município de Camutanga que visa ao recebimento de salário atrasado relativo ao mês de dezembro de 2008. 2. Creio que é descabida a arguição do Município de que a responsabilidade pelo pagamento das verbas inexistente, por não fazer parte dos restos a pagar na prestação de contas da gestão anterior, indo de encontro ao disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal. 3. Sabe-se que o salário do servidor público tem caráter alimentar e à Administração Pública, quando apontada como inadimplente no cumprimento desta obrigação, cabe o ônus de demonstrar e fazer prova inequívoca do pagamento da verba perseguida. Destarte, tem-se que a Municipalidade tem a facilidade administrativa e operacional para trazer aos autos documentos que comprovassem suas alegações. Contudo, nenhum documento hábil a atestar a quitação dos salários pleiteados foi colacionado ao processo. 4. O Tribunal de Justiça de Pernambuco já pacificou entendimento da matéria constante nos autos, ou seja, a cobrança de salários atrasados e não pagos de servidores públicos, estando a relação laboral perfeitamente comprovada. Portanto, sendo a verba pleiteada no processo como de natureza alimentar e não demonstrado pelo município qualquer causa modificativa, extintiva ou suspensiva do direito do autor ela é devida, não servindo como argumento, a simples alegação que seu pagamento viola a Lei de Responsabilidade Fiscal. 5. Por fim, a verba honorária que foi arbitrada em quatrocentos reais, com base no artigo 20, §4º do CPC, não merece reparos. Observo que, tendo sido dado à causa o valor de mil e oitocentos reais, equitativa a apreciação do douto julgador ante a permissividade do dispositivo legal referido, considerando o pequeno valor ofertado à ação, portanto, nada a reformar no decisor. 6. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso (RA 281188-1/01, 3CDP, rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, julgado em 13/09/2012).

DIREITO PROCESSO CIVIL. RECURSO DE AGRAVO EM APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. SERVIDORES MUNICIPAIS. CARGO COMMISSIONADOS. ALEGAÇÃO DE CONTRATAÇÃO IRREGULAR. SALÁRIOS ATRASADOS, 13º SALÁRIOS E FÉRIAS. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS. RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. É cediço que uma vez exercidas regularmente suas funções, o servidor faz jus às gratificações salariais garantidas constitucionalmente. 2. Não tendo realizado

6



ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. André Oliveira da Silva Guimarães

197
102

prova contrária do alegado se faz a mora por parte do Município recorrente. 3. Ainda que a contratação dos agravados fosse irregular, como alegado pelo agravante, o servidor faz jus a remuneração pelo trabalho prestado, sob pena de se afigurar o enriquecimento ilícito da Administração Pública. 4. Recurso de Agravo improvido. Decisão unânime. RA 265863-9/01, Relator: José Ivo de Paula Guimarães, Data de Julgamento: 29/11/2012.

Ante o exposto, com supedâneo no art. 557, caput, do CPC, **NEGO SEGUIMENTO AO APELO**, mantendo a sentença monocrática em todos os seus termos.

Publique-se. Intime-se.

Com o trânsito em julgado, remetam-se os autos ao Juízo de origem.

Recife, 05 de maio de 2014.


Des. André Oliveira da Silva Guimarães
Relator

Os argumentos expendidos no presente agravo legal, até porque idênticos aos da apelação, não me persuadem a refluir da posição perfilhada.

Ante o exposto, com base no §1º, do art. 557, do CPC, **nego provimento** ao presente agravo, mantendo a decisão atacada.

É como voto.

Recife, 30 de maio de 2014.


Des. **ANDRÉ** Oliveira da Silva **GUIMARÃES**
Relator